

## CAPÍTULO I

### DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, INSTITUIDORAS, SEDE, FORO, OBJETIVO E PRAZO DE DURAÇÃO

Art. 1º O Fundo de Pensão **Multi-instituído** da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná e da Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, doravante denominado OABPrev-PR, é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída sob a forma de sociedade de previdência complementar nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e normas subsequentes, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado e **autonomia administrativa, financeira e gerencial**.

**§ 1º A OABPrev-PR observará os princípios da moralidade, legalidade, publicidade, eficiência e economicidade, bem como adotará mecanismos de gestão operacional que otimizem a utilização de seus recursos.**

**§ 2º A OABPrev-PR tem sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com atuação em todo o território nacional.**

Art. 2º A OABPrev-PR tem por objetivo administrar e executar o Plano de Benefícios Previdenciários Complementar, na modalidade de Contribuição Definida, **cuja características deverão ser descritas no respectivo Regulamento e com as leis aplicáveis.**

Parágrafo único. A OABPrev-PR poderá estabelecer acordos, contratos ou convênios com entidades de direito público ou privado, objetivando o melhor cumprimento de suas finalidades.

Art. 3º A OABPrev-PR, observada a legislação pertinente, **terá prazo de duração indeterminado** e reger-se-á por este Estatuto, pelo seu regimento interno bem como **pelos regulamentos** relativo aos **seus planos** de benefícios, instruções e demais atos que forem aprovados pelos órgãos competentes de sua administração, respeitados os dispositivos legais, regulamentares ou normativos emanados do poder público.

**§ 1º A OABPrev-PR extinguir-se-á nos casos previstos em lei, com a distribuição do patrimônio aos seus Participantes na proporção do fundo individualmente constituído para garantia dos seus compromissos.**

**§ 2º Em caso de extinção da OABPrev-PR, será vedada a entrega de qualquer parcela do patrimônio do Plano aos Instituidores.**

Art. 4º O patrimônio do plano administrado pela OABPrev-PR é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outro órgão ou entidade.

## **CAPÍTULO II**

### **DO QUADRO SOCIAL**

Art. 5º O quadro social da OABPrev-PR tem os seguintes membros:

- I – Instituidores;
- II – Participantes; e
- III – Assistidos; e
- IV - Beneficiários.**

Art. 6º São Instituidores: a OAB-PR - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná e a CAA-PR - Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná que, previamente autorizadas pelo órgão competente, celebraram convênio de adesão com a Entidade em relação ao plano de benefícios por esta administrado e executado, nos termos deste Estatuto.

**§ 1º Os Instituidores, bem como os demais membros referidos no Artigo 5º, não respondem subsidiária ou solidariamente pelas obrigações contraídas pela OABPrev-PR.**

**§ 2º A retirada de qualquer um dos Instituidores será precedida de comunicação ao Conselho Deliberativo e condicionada à aprovação da autoridade pública competente.**

Art. 7º Poderão ser participantes, desde que devidamente inscritos no plano de benefícios administrado pela OABPrev-PR e observadas as condições estabelecidas no regulamento e atos complementares:

- I – Advogados(as) com inscrição principal ou suplementar na OAB-PR, seus cônjuges, companheiros(as) e dependentes econômicos;
- II – Os empregados dos Instituidores e da OABPrev-PR.
- III – aquele que, antes de entrar em benefício tenha perdido a condição de associado dos Instituidores, mas permaneça como Participante nos termos e condições fixadas no regulamento do plano de benefícios.

#### **IV – Estagiários de direito registrados na OAB-PR.**

Parágrafo único. A inscrição ou o desligamento de Participante deverá cumprir as condições estabelecidas no regulamento do plano de benefícios.

Art. 8º São Assistidos: os Participantes ou seus Beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada.

Art. 9º São Beneficiários: as pessoas físicas indicadas pelos Participantes nos termos do regulamento do plano de benefícios **ou habilitados na forma da lei.**

Parágrafo único. O cancelamento **da condição de beneficiário** do Participante no plano de benefícios, dar-se-á na forma estabelecida pelo regulamento.

### **CAPÍTULO III**

#### **DOS DIREITOS E PRERROGATIVAS DOS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS**

Art. 10 Aos Participantes Ativos e Assistidos do Plano de Benefícios da OABPrev-PR são assegurados os direitos de:

I - escolher, em votação direta e secreta, seus representantes para os órgãos estatutários;

II - candidatar-se e ser votado para os órgãos estatutários, desde que cumpra os requisitos **previstos no Estatuto.**

III – manifestar-se em consultas que lhes sejam submetidas;

IV – ter acesso às informações e documentos que, nos termos, prazos e condições previstos na legislação e normas em vigor, devam ser divulgados ou disponibilizados;

V - solicitar acesso às informações relativas à sua situação como Participante de situações de interesse pessoal específico, mediante requerimento.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DOS BENEFÍCIOS**

Art. 11 Os benefícios a serem assegurados terão seus valores, formas de concessão e de custeio estabelecidos no regulamento do plano de benefícios administrado pela OABPrev-PR, bem como os direitos e obrigações dos Participantes e dos Beneficiários, no que diz respeito aos Institutos, Benefícios e Contribuições.

Art. 12 Os Instituidores instituirão plano de benefícios e de custeio específico para seus associados, e benefícios adicionais poderão ser definidos e incorporados, desde que aprovados pelo Conselho Deliberativo da OABPrev-PR e pelo órgão governamental competente.

### **CAPÍTULO V**

#### **DOS ATIVOS GARANTIDORES**

**Art. 13 Os ativos garantidores do plano de benefícios administrado pela OABPrev-PR formam um patrimônio autônomo, livre e desvinculado de**

**qualquer outro órgão, entidade ou empresa, inclusive dos Instituidores e dos gestores dos recursos garantidores das reservas técnicas, fundos e provisões.**

Art. 14 Os ativos garantidores do plano de benefícios administrado pela OABPrev-PR são constituídos por:

I - Contribuições dos Participantes Ativos, Assistidos e Pessoas Jurídicas

II - Resultados dos investimentos dos bens patrimoniais.

III - Recursos financeiros objeto de Portabilidade, recepcionados pelo Plano;

IV - Parcela adicional de Risco:

§ 1º As contribuições das pessoas jurídicas, previstas no inciso I do caput deste artigo, em favor dos seus empregados, vinculados a planos de benefícios, serão efetuadas por meio de instrumento contratual específico.

Art. 15 O patrimônio de gestão da OABPrev -PR será constituído de modo autônomo e desvinculado, não podendo ser confundido com o patrimônio do plano de benefícios previdenciário complementar gerido pela EFPC e será constituído de:

I – dotações, doações, subvenções, legados, rendas, contribuições, transferências de recursos e incentivos de qualquer natureza que venham a ser feitos, concedidos ou instituídos por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, de direito privado;

II – bens móveis ou imóveis e as receitas de aplicações desses bens e de seus recursos; e

III - Pró labore da Parcela Adicional de Risco (PAR).

IV - Receitas Administrativas;

V - Fundo Administrativo;

VI - Resultados dos investimentos dos bens patrimoniais.

§ 1º O patrimônio de gestão da Entidade será destinado, exclusivamente, a fazer frente às despesas administrativas necessárias ao regular funcionamento da EFPC, na gestão do Plano de Benefícios Previdenciários Complementar.

§ 2º Os gastos administrativos serão estabelecidos pelo Plano de Gestão Administrativa e as respectivas taxas e fontes de custeio constarão do Plano Anual de Custeio.

## **CAPÍTULO VI**

### **GESTÃO DE RECURSOS**

Art. 16 A OABPrev-PR aplicará os ativos garantidores em conformidade com a legislação pertinente, com as diretrizes fixadas pelos órgãos governamentais competentes e com as políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo, buscando rentabilidade compatível com os imperativos atuariais do plano de custeio, observando os requisitos de segurança, rentabilidade e liquidez.

Art.17 Os ativos administrados pela OABPrev-PR não poderão, em caso algum, ter aplicação que não esteja em consonância com os objetivos da OABPrev-PR estabelecidos neste **Estatuto e deverão levar em consideração as características de suas obrigações.**

**Parágrafo único. A OABPrev-PR contratará, para a gestão dos recursos garantidores prevista neste artigo, somente instituições, administradores de carteiras ou fundos de investimento que estejam autorizados e registrados na Comissão de Valores Mobiliários - CVM.**

Art. 18 A aquisição, alienação e oneração de bens imóveis dependem de aprovação dos membros do Conselho Deliberativo.

## **CAPÍTULO VII**

### **DO EXERCÍCIO FINANCEIRO**

Art. 19 O exercício social coincidirá com o ano civil e, ao seu término, deverá a OABPrev-PR elaborar e divulgar as demonstrações contábeis e as avaliações atuariais, conforme estabelecido na legislação e regulamentação vigente.

**Art. 20 O Conselho Deliberativo discutirá e aprovará o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Contábeis e o Parecer Atuarial do exercício findo em 31 de dezembro do ano anterior, após manifestação da auditoria externa independente e do Conselho Fiscal.**

**Parágrafo único. O Conselho Fiscal examinará os documentos, balancetes, balanço e demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro do ano anterior, bem como se manifestará sobre a aderência das premissas e hipóteses atuarias às obrigações e compromissos do plano de Benefícios e estrutura do relatório anual.**

Art. 21 Durante o exercício financeiro, por proposta da Diretoria Executiva, poderão ser autorizados pelo Conselho Deliberativo créditos adicionais sem previsão orçamentária, desde que os interesses da OABPrev-PR o exijam e existam recursos disponíveis.

**Art. 22 o relatório anual, os atos e contas da Entidade serão submetidos à apreciação do Conselho Deliberativo, e divulgado aos participantes até 30 de abril.**

Art. 23 Após aprovação pelo Conselho Deliberativo, a OABPrev-PR divulgará seu balanço, através do seu site na internet.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 24 A estrutura organizacional da OABPrev PR compreende:

#### **I – Órgãos Estatutários**

- a) Conselho Deliberativo;
- b) Conselho Fiscal; e
- c) Diretoria Executiva

#### **II – Nível de Assessoramento:**

- a) Comitê de Investimentos;
- b) Coordenadoria Jurídica;
- c) Ouvidoria

#### **III – Nível de Execução**

- a) Gerência Executiva

## **SEÇÃO I**

### **DO CONSELHO DELIBERATIVO**

#### **COMPOSIÇÃO**

Art. 25 O Conselho Deliberativo é órgão de deliberação colegiada e será composto por 08 (oito) membros efetivos com respectivos suplentes, observados os requisitos previstos no art. 43, 44 e 45, com a seguinte distribuição:

- I – 02 (dois) membros efetivos, indicados pela OAB-PR - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná;
- II – 02 (dois) membros efetivos indicados pela CAA-PR - Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná.

III – 04 (quatro) membros efetivos eleitos por e dentre os Participantes ativos ou assistidos, mediante processo de votação direta, respeitando a ordem de classificação, cuja regulamentação caberá ao Conselho Deliberativo.

IV – 02 (dois) membros suplentes, indicados pela OAB-PR - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná.

V – 02 (dois) membros suplentes indicados pela CAA-PR - Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná.

VI – 04 (quatro) membros suplentes eleitos por e dentre os Participantes, mediante processo de votação direta, respeitando a ordem de classificação, cuja regulamentação caberá ao Conselho Deliberativo.

§ 1º A cada mandato, a OAB-PR - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, indicará o Presidente e a CAA-PR - Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná, indicará o vice-presidente, dentre os membros do Conselho Deliberativo.

§ 2º Caso os Instituidores não efetuem a indicação dos membros deste Conselho da forma prevista neste estatuto no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir do comunicado feito pela Entidade, serão conduzidos aos cargos os classificados da última eleição, respeitando sua ordem de classificação, sendo promovidos os suplentes à titularidade das vagas em aberto.

§ 3º O Conselho Deliberativo deverá renovar 8 (oito) de seus membros a cada 18 (dezoito) meses, sendo 4 (quatro) efetivos e 4 (quatro) suplentes.

§ 4º Em caso de ausência, em reunião, do presidente do Conselho Deliberativo, assumirá a presidência o vice-presidente, com voto de qualidade.

§ 5º Em caso de impedimento e vacância do cargo de presidente do Conselho Deliberativo assumirá o vice-presidente, em caráter temporário, até a indicação por parte da OAB-PR de um novo presidente.

§ 6º É vedado aos membros do Conselho Deliberativo exercerem simultaneamente atividade de direção nas Entidades instituidoras.

Art. 26 O Conselho Deliberativo reunir-se-á, no formato presencial, virtual ou híbrido, ordinariamente, no mínimo, a cada 60 (sessenta) dias e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente; da maioria de seus membros ou por solicitação da Diretoria Executiva.

§ 1º O Conselho Deliberativo, deliberará por maioria de votos com a presença de no mínimo 05 (cinco) dos seus membros titulares, ou suplentes na ausência de titulares, cabendo ao seu Presidente, além do voto ordinário, o de qualidade.

§ 2º Não atingido o quorum mínimo previsto no parágrafo anterior, será convocada nova reunião, que se realizará no prazo de 05 (cinco) dias, contado da convocação, e se instalará com a presença de no mínimo metade dos membros do Conselho Deliberativo.

§ 3º A convocação do Conselho Deliberativo poderá ser feita por carta, e-mail, ou whatsapp sempre com a confirmação de recebimento e com a indicação da pauta da reunião, com antecedência mínima de 07 (sete) dias, salvo o disposto no § 2º deste artigo.

§ 4º Os membros da Diretoria Executiva poderão participar das reuniões do Conselho Deliberativo, sem direito a voto, sendo-lhes assegurado o direito a voz antes das votações.

Art. 27 Na ausência de quaisquer dos membros titulares do Conselho Deliberativo, estes serão substituídos por Conselheiros Suplentes, a serem sorteados, no dia da reunião, dentre os que estiverem presentes.

§ 1º A ausência injustificada de qualquer membro do Conselho Deliberativo por 02 (duas) reuniões, seguidas ou alternadas, poderá acarretar a este, a perda do mandato de conselheiro e a automática (Exclusão automática) assunção de conselheiro suplente, até o término do mandato.

Parágrafo único. Se o Conselheiro a perder o mandato for dentre aqueles indicados pelos Instituidores, a assunção se dará por Conselheiro substituto indicado pelo respectivo Instituidor. Se for dentre os eleitos, se dará pelo Conselheiro substituto que tenha obtido a maior votação no pleito eleitoral.

Art. 28 Compete ao Conselho Deliberativo deliberar sobre as seguintes matérias:

- I – política geral de administração da Entidade e de seu plano de benefícios;
- II – alterações do Estatuto ou extinção da Entidade;
- III – alterações dos regulamentos do plano de benefícios, bem como sua implantação e extinção;
- IV – admissão e retirada de Instituidor;
- V – regimento Interno do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- VI – plano de custeio anual do plano de benefícios administrado pela Entidade, política de investimentos e programações econômico-financeiros e orçamentários;
- VII – nomeação e destituição dos membros da Diretoria Executiva, na forma estabelecida neste Estatuto;
- VIII – aquisição, alienação ou gravame de bens integrantes do patrimônio imobiliário do plano administrado pela Entidade;
- IX – exame, em grau de recurso, das decisões da Diretoria Executiva;

- X – aceitação de doações e legados, com encargos, que resultem em compromisso econômico-financeiro para a Entidade;
- XI – aceitação de bens com cláusula condicional;
- XII – matérias que lhe forem submetidas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Fiscal;
- XIII – orçamento, balancetes, balanço e prestação de contas anuais da Entidade, após manifestação dos auditores independentes e do Conselho Fiscal;
- XIV – instalação de auditoria interna e aprovação dos planos de auditoria anual e correspondentes relatórios, ordinários e extraordinários;
- XV – realização de eleições para os cargos de Conselheiros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, estabelecendo as regras para tanto, observadas as demais disposições deste estatuto;
- XVI – instauração de processo administrativo e disciplinar no âmbito do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal, ou da Diretoria Executiva, na forma do regimento interno do Conselho deliberativo;
- XVII – Criação e definição das atribuições de comitês facultativos;
- XVIII – Estabelecer limites de remuneração aos Diretores, Conselheiros Deliberativo e Fiscal, mediante prévia consulta aos Instituidores.**

## **Seção II**

### **DO CONSELHO FISCAL**

Art. 29 O Conselho Fiscal é órgão de controle interno da Entidade, cabendo-lhe emitir pareceres acerca da gestão administrativa e econômico-financeira e será composto por 06 (seis) membros, sendo 03 (três) efetivos e 03 (três) suplentes, observados os requisitos previstos no art. 43 e 44 e 45, com a seguinte distribuição:

- I – 01 (um) membro efetivo com respectivo suplente, indicado pela OAB-PR - Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná;
- II – 01 (um) membro efetivo com respectivo suplente, indicado pela CAA-PR - Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná; e
- III - 01 (um) membro efetivo com respectivo suplente, eleito dentre os Participantes, mediante processo de votação direta.

§ 1º Caso os Instituidores não efetuem a indicação dos membros deste Conselho da forma prevista neste estatuto no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a partir do comunicado feito pela Entidade, serão conduzidos aos cargos, os classificados da última eleição, respeitando sua ordem de classificação, sendo promovidos os suplentes à titularidade das vagas em aberto.

§ 2º O presidente do Conselho Fiscal será eleito, na primeira reunião ordinária, dentre os seus membros.

- a) Todos os membros efetivos do Conselho Fiscal são elegíveis para se candidatar à presidência.
- b) Para se candidatar, o membro deve manifestar sua intenção até o início da votação
- c) A votação será realizada por voto aberto.
- d) Cada membro do conselho terá direito a um voto.
- e) O candidato que receber a maioria dos votos será declarado presidente do conselho.
- f) Em caso de empate na votação, será usado como critério de desempate, o maior tempo de vinculação ao plano.

§ 3º Compete aos membros do Conselho Fiscal examinar as matérias previstas neste Estatuto referentes aos exercícios para os quais foram eleitos, mesmo que um novo Conselheiro Fiscal tenha sido empossado.

§ 4º É vedado aos membros do Conselho Fiscal exercerem simultaneamente atividade de direção nos órgãos instituidores.

Art. 30 O Conselho Fiscal deverá reunir-se ordinariamente a cada trimestre civil e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu presidente, da maioria de seus membros, do Conselho Deliberativo ou por solicitação da Diretoria Executiva, no formato presencial, virtual ou híbrido;

§ 1º O Conselho Fiscal deliberará por maioria de votos de seus membros, cabendo ao conselheiro presidente, além do voto ordinário, o de qualidade.

§ 2º Não atingido quorum, será convocada nova reunião, que se realizará no prazo de 05 (cinco) dias, contados da convocação, que incluirá o suplente e se instalará com a presença de pelo menos 02 (dois) dos membros.

§ 3º A convocação do Conselho Fiscal será feita por carta, e-mail, ou whatsapp sempre com confirmação de recebimento e com a indicação da pauta da reunião, com antecedência mínima de 07 (sete) dias, salvo o disposto no § 2º deste artigo.

Art. 31 Na ausência de qualquer um dos membros do Conselho Fiscal, este será substituído pelo suplente.

§ 1º Em caso de ausência, em reunião, do presidente do Conselho, assumirá a presidência o Conselheiro que tiver maior tempo de vinculação ao plano.

§ 2º Em caso de impedimento e vacância do cargo de presidente do Conselho Fiscal assumirá o mandato eletivo, o Conselheiro que tiver maior tempo de vinculação ao plano, até o final deste.

§ 3º Aqueles que tiverem ocupado cargo de gestão na Diretoria Executiva ou Conselho Deliberativo da Entidade, somente serão elegíveis à condição de membro do Conselho Fiscal depois de decorrido o prazo de 18 (dezoito) meses do fim do último mandato exercido nos referidos órgãos da Entidade.

Art. 32 Incumbe ao Conselho Fiscal:

- I – examinar os balancetes mensais;
- II – emitir parecer sobre o relatório anual de atividades da Entidade, bem como dos gestores dos ativos garantidores e sobre as demonstrações contábeis do exercício;
- III – examinar os atos e resoluções praticadas pelos órgãos administrativos ou colegiados da Entidade;
- IV – apontar eventuais irregularidades, sugerindo medidas saneadoras;
- V – fiscalizar o cumprimento da legislação e normas em vigor; e
- VI – outras incumbências legais.

Art. 33 No desempenho de suas atribuições, poderá o Conselho Fiscal, por deliberação unânime de seus membros, determinar à Diretoria Executiva a contratação de auditoria externa para subsidiá-lo na análise de atos ou resoluções adotadas na administração de seus planos de benefícios e seus recursos garantidores, observando-se a disponibilidade financeira da Entidade.

### **Seção III**

#### **DA DIRETORIA EXECUTIVA**

Art. 34 A Diretoria Executiva é órgão de administração da OABPrev-PR, cabendo-lhe também gerir o plano de benefícios, seus recursos e programas, em estrita observância das normas legais, deste Estatuto, do Regimento Interno e dos respectivos regulamentos, bem como das diretrizes e deliberações emanadas do Conselho Deliberativo.

§ 1º A Diretoria Executiva será composta de 03 (três) membros, nomeados pelo Conselho Deliberativo, sendo:

- I – Diretor Presidente;
- II – Diretor Financeiro;
- III – Diretor Administrativo e de Benefícios;

§ 2º A Diretoria Executiva, que atuará como órgão colegiado, reunir-se-á ordinariamente, a cada 15 (quinze) dias e, extraordinariamente, mediante

convocação do Diretor Presidente ou por requerimento subscrito pelos demais diretores, no formato presencial, virtual ou híbrido;

§ 3º A Diretoria Executiva deliberará por maioria de votos, com a presença de, no mínimo, 02 (dois) de seus membros, cabendo o voto de desempate ao Diretor Presidente;

§ 4º Os membros da Diretoria Executiva responderão solidariamente pelos danos e prejuízos causados por ação ou omissão à Entidade para os quais tenham concorrido.

§ 5º O Diretor Financeiro substituirá o Diretor Presidente nos casos de ausência, impedimento ou vacância.

§ 6º O Diretor Administrativo e de Benefícios substituirá o Diretor Financeiro nos casos de ausência, impedimento ou vacância.

§ 7º Os atos de movimentação financeira deverão ser praticados conjuntamente pelo Diretor Presidente e Diretor Financeiro.

Art. 35 Além da prática dos atos regulares, normais e obrigatórios de administração, compete à Diretoria Executiva:

I – zelar pelo cumprimento das diretrizes básicas da Entidade e das resoluções baixadas pelo Conselho Deliberativo;

II – fazer divulgar o edital de convocação das eleições;

III – autorizar alterações orçamentárias de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho Deliberativo;

IV – apresentar ao Conselho Deliberativo para aprovação:

- a) os balancetes, balanço e demais demonstrações contábeis;
- b) a prestação de contas anuais;
- c) as avaliações atuariais do plano de benefícios;
- d) o orçamento anual da Entidade;
- e) as propostas de diretrizes básicas para aplicação dos ativos garantidores;
- f) a proposta de adesão e a solicitação de retirada de Instituidores;  
e
- g) a proposta de instituição de novos planos de benefícios.

V – deliberar sobre:

- a) a escolha das instituições financeiras para administração dos ativos garantidores do plano de benefícios;
- b) a celebração de contratos, acordos e convênios que não importem na constituição de ônus reais sobre os bens da Entidade;
- c) a contratação de pessoas físicas ou jurídicas para prestação de serviços, em conformidade com a legislação vigente;
- d) a contratação de auditor independente, atuário, observadas as disposições regulamentares aplicáveis;
- e) o modelo e estrutura organizacional da Entidade, bem como o plano de cargos e salários.

VI – orientar e acompanhar a execução das atividades técnicas e administrativas baixando os atos necessários;

VII – fornecer aos Conselhos Deliberativo e Fiscal os meios e elementos necessários ao desempenho de suas atribuições; e

VIII - Supervisionar a operacionalização dos controles internos necessários para o cumprimento da Política de Investimentos e da legislação vigente;

Art. 36 Compete ainda aos integrantes da Diretoria Executiva exercer as atribuições que lhes forem fixadas pelo Conselho Deliberativo, com observância do Estatuto, do regimento interno, do regulamento do plano de benefícios, além de:

I – dirigir, orientar, coordenar, controlar e fiscalizar as áreas sob sua responsabilidade podendo determinar a realização de inspeções, auditagens, tomadas de conta, sindicâncias e inquéritos;

II – propor ao Diretor Presidente a designação e dispensa dos titulares das áreas sob seu controle;

III – apresentar, à Diretoria Executiva relatório de atos de gestão.

Art. 37 Compete ao Diretor Presidente:

I – cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as deliberações dos Conselhos Deliberativo, Fiscal e da Diretoria Executiva, o regulamento do plano de benefícios e outros atos regulamentares da Entidade, bem como as demais disposições legais aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar;

II – supervisionar e coordenar as funções executivas exercidas pelos demais membros da Diretoria Executiva;

- III – representar a Entidade ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente, podendo nomear procuradores e prepostos, especificando, nos respectivos instrumentos, os atos e as operações que poderão praticar;
- IV – representar a Entidade junto aos Instituidores, em convênios, contratos, acordos e demais documentos, firmando, em nome dela, os respectivos atos;
- V – convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- VI – contratar e dispensar empregados podendo delegar esta tarefa ao Diretor Administrativo e de Benefícios;
- VII – Estabelecer limites de remuneração aos cargos e funções da Entidade;
- VIII – solicitar ao Conselho Deliberativo, quando necessário, o exame de fatos ou situações em qualquer área de atividade da Entidade, dando ciência à Diretoria Executiva;
- IX – fazer divulgar, através de boletim informativo publicado no site na internet, os atos e fatos de gestão;
- X – informar ao órgão regulador e fiscalizador da Entidade o responsável pelas aplicações dos recursos, na forma da lei, respeitado o mesmo prazo legal;
- XI – fornecer às autoridades competentes as informações sobre a Entidade que lhe forem solicitadas.
- XII - Supervisionar a operacionalização dos controles internos necessários para o cumprimento da Política de Investimentos e da legislação vigente;
- XIII - a propositura e execução do Plano de Gestão Administrativa;

#### Art 38 Compete ao Diretor Financeiro:

- I – a responsabilidade pelo planejamento e pela execução das atividades de sua área;
- II - a propositura, a execução e o acompanhamento das respectivas políticas de investimento do Plano de Benefícios Previdenciários Complementares;
- III - a gestão da arrecadação das contribuições vertidas pelos Participantes, Assistidos, Beneficiários, Pessoas Jurídicas e Empregadores;
- IV - a gestão e execução das aplicações dos ativos de seus Participantes, Assistidos e Beneficiários, de acordo com as normas legais, políticas de investimentos e normas de alçadas e competências da EFPC;
- V - as atividades inerentes à contabilidade, tesouraria e orçamento;
- VI - Responsabilizar-se pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos investimentos e desinvestimentos, bem como pela prestação de informações relativas às aplicações desses recursos;
- VII - Acompanhar e monitorar o desempenho das carteiras de investimentos;
- VIII - Avaliar e administrar os riscos das aplicações dos recursos, inerentes ao mercado financeiro, de acordo com os limites da Política de Investimentos e da legislação vigente.
- IX - Zelar pela promoção de padrões éticos na condução das operações relativas às aplicações dos recursos;
- X - Propor alterações na Política de Investimentos, quando ocorrer fato

relevante que possa influenciar qualquer das premissas que a norteiam.

Parágrafo único. O Diretor Financeiro exercerá as atribuições de AETQ – Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado, podendo ser temporariamente substituído, por um dos demais membros da Diretoria Executiva que tenha a referida certificação.

Art 39 Compete ao Diretor Administrativo e de Benefícios:

I – a administração do Plano de Benefícios, atuando como Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB).

II - a aprovação, a execução e o acompanhamento do Plano de Benefícios Previdenciários, inclusive o monitoramento atuarial, nos termos de seu Regulamento;

III - o acompanhamento da acurácia do cálculo das contribuições dos Participantes, Assistidos e Beneficiários.

IV - a propositura e a execução de campanhas de adesão, migração e aumento de contribuição de Participantes;

V - a concessão de benefícios e direitos;

VI - a gestão das demais atividades inerentes à sua Diretoria.

VII - a propositura e a execução de programa permanente de Educação Financeira e Previdenciária;

VIII - as ações de relacionamento com os Participantes, Assistidos, Beneficiários e Instituidores;

IX - a propositura e a execução de programa de comunicação social da EFPC;

Art. 40 Aos membros da Diretoria Executiva é vedado:

I – integrar o Conselho Deliberativo ou o Conselho Fiscal enquanto se mantiverem como membros da Diretoria Executiva ou, depois do término do mandato, enquanto não tiverem suas contas aprovadas;

II – exercer simultaneamente atividades de direção nos órgãos instituidores;

III – ao longo do exercício do mandato prestar serviços, e manter vinculação direta ou indireta com instituições integrantes do sistema financeiro.

## **Seção IV**

### **DA OUVIDORIA**

Art 41 A Ouvidoria **será exercida através da Instituidora OAB/PR e sua estrutura.**

Art 42 A Ouvidoria é órgão independente e tem a atribuição de acompanhar a atuação dos Administradores e Colaboradores da Entidade, apresentar críticas e sugestões para o aprimoramento da administração em geral, com poderes para requisitar informações, receber reclamações e mandar processá-las, bem como sugerir a instauração de processos administrativos no âmbito da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal.

## **Seção V**

### **DO REGIME DO EXERCÍCIO DO MANDATO DE MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E DE CONTROLE INTERNO**

Art. 43 São requisitos mínimos para o exercício de mandato de membro dos Órgãos de Administração, de Controle Interno, de Fiscalização e Assessoramento, além de outros previstos neste Estatuto:

- I – comprovada experiência no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria;
- II – não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado;
- III - não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social ou como servidor público.
- IV – não compor função diretiva em órgãos das entidades instituidoras;
- V - Obter as certificações necessárias exigidas pelo Estatuto e pela legislação pertinente, no prazo e na medida necessária para cumprimento das obrigações legais;
- VI - Estar em dia com suas contribuições/obrigações para com a Entidade;
- VII - ter formação de nível superior;
- VIII - não ser dirigente estatutário de partido político ou titular de mandato no Poder Legislativo de qualquer ente da federação.

**Art. 44 Os membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal, indicados ou eleitos, da Diretoria Executiva, a exceção do Diretor Financeiro, deverão ser participantes do Plano no mínimo há 02 (dois) anos.**

Art. 45 O mandato dos membros dos órgãos de administração, controle interno e de fiscalização e assessoramento da Entidade dar-se-á mediante assinatura dos Termos de Posse, que indicará a data de início e término do mandato, de acordo com os prazos de duração estabelecidos conforme abaixo:

- I – Conselho Deliberativo: 03 (três) anos, contados da posse por eleição ou indicação, sendo permitida recondução;

II – Conselho Fiscal: 03 (três) anos, contados da posse por eleição ou indicação, sendo permitida recondução;

III – Diretoria Executiva: 03 (três) anos, contados da posse, sendo permitida recondução;

## **Seção VI**

### **DA ELEIÇÃO**

Art. 46 A cada 18 (dezoito) meses o Conselho Deliberativo renovará metade dos seus membros na forma prevista do Estatuto.

§ 1º Em cada eleição, será respeitada a ordem de classificação de acordo com o número de votos recebidos, sendo eleitos titulares os mais votados e suplentes os classificados em sequência.

§ 2º Em caso de empate, será considerado vencedor, o candidato que tiver o maior tempo de contribuição ao plano. Persistindo o empate, o critério será o da idade mais avançada.

§ 3º Mesmo com o fim do mandato, para efeito de regra transitória, o membro do Conselho continuará em pleno exercício do cargo até a posse do substituto.

Art. 47 A renovação dos mandatos do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva não poderá coincidir com as eleições dos órgãos diretivos dos Instituidores.

Art. 48 Os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal somente perderão o mandato em virtude de:

I – renúncia;

II – perda da qualidade de Participante ou Assistido;

III – condenação judicial transitada em julgado ou punição em processo administrativo disciplinar instaurado pelo Conselho Deliberativo;

IV – penalidade administrativa de inabilitação por infração da legislação aplicável; ou

V - falecimento, acometimento de doença mental incurável e interdição civil;

VI - a ausência injustificada em reuniões nos termos do Regimento interno do respectivo Conselho;

VII - Perda da validade ou cancelamento do atestado de habilitação por ato do órgão federal de supervisão e fiscalização quando aplicável.

Art. 49 No caso de ser considerado vago a vaga de conselheiro, esta será preenchida pelo prazo remanescente por suplente.

## **Seção VII**

### **CUSTO DE DEFESA**

Art. 50 A OABPrev-PR assegurará o custeio da defesa dos seus dirigentes, ex-dirigentes, empregados e ex-empregados em processos administrativos e judiciais decorrentes de ato regular de gestão,

§ 1º O custeio da defesa de que trata o *caput* poderá ser assegurado por meio da contratação de seguro.

§ 2º Os custos decorrentes da defesa de que trata o *caput*, inclusive na hipótese de contratação de seguro, serão cobertos com recursos do Plano de Gestão Administrativa.

§ 3º Em caso de condenação judicial transitada em julgado, o dirigente, ex-dirigente, empregado ou ex-empregado deverá ressarcir a OABPrev-PR de todos os custos incorridos com a sua defesa, além dos eventuais prejuízos que tiver causado à entidade.

## **Seção VIII**

### **DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

Art. 51 A instauração pelo Conselho Deliberativo de processo administrativo disciplinar para apuração de irregularidades no seu âmbito de atuação, dos Conselhos Deliberativo e Fiscal ou da Diretoria Executiva, implicará o afastamento do conselheiro ou diretor até conclusão dos trabalhos. Durante o afastamento do conselheiro ou do diretor, o suplente ou substituto responderá provisoriamente pelas respectivas atribuições

Parágrafo único. Para os conselheiros eleitos ou indicados, o período de afastamento previsto no *caput* não ensejará a prorrogação ou permanência no cargo além da data inicialmente prevista para término dos seus mandatos.

## **CAPÍTULO IX**

### **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Art. 52 Das decisões da Diretoria Executiva caberá recurso ao Conselho Deliberativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da notificação escrita da decisão proferida.

Art. 53 Das decisões do Conselho Deliberativo referente a atos do Conselho Fiscal ou da Diretoria Executiva, caberá recurso no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da notificação escrita da decisão proferida.

**Parágrafo único. O Presidente do Conselho Deliberativo poderá receber o recurso, com efeito suspensivo, sempre que houver risco de consequências graves para a Entidade ou para o recorrente.**

**Art. 54 O Conselho Deliberativo terá prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para proferir decisão dos recursos impetrados.**

## **CAPÍTULO X**

### **DA LIQUIDAÇÃO E DA EXTINÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS E DA ENTIDADE**

Art. 55 Mediante prévia aprovação do órgão fiscalizador, observados os casos previstos em lei e nos regulamentos específicos, o plano de benefício administrado pela OABPrev-PR poderá ser liquidado e extintos por resolução do Conselho Deliberativo.

§ 1º Aprovada a liquidação do plano de benefício administrado pela OABPrev-PR e observada a legislação em vigor, os ativos garantidores correspondentes serão distribuídos consoante o disposto nos regulamentos específicos e na legislação vigente aplicável.

§ 2º Encontrando-se o plano de benefícios em difícil situação econômico-financeira, a Entidade, através de sua Diretoria Executiva, submeterá ao Conselho Deliberativo, aos Instituidores e à aprovação do órgão fiscalizador, plano de recuperação para o atendimento daquela situação, de modo a resguardar sua segurança e o seu bom funcionamento.

Art. 56 Os casos omissos neste Estatuto, referentes à extinção do plano de benefícios administrado pela OABPrev-PR ou na hipótese de conflito com as disposições deste capítulo, serão solucionados, alternativa e sucessivamente, pela prevalência da legislação aplicável, da decisão do órgão fiscalizador e das disposições pertinentes constantes do regulamento do plano de benefícios.

## **CAPÍTULO XI**

### **DAS ALTERAÇÕES DO ESTATUTO**

Art. 57 Este Estatuto poderá ser alterado por proposição da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo por deliberação da maioria dos seus membros, **com a devida ciência e concordância dos Instituidores, além da aprovação do órgão de regulação e fiscalização, observada a legislação aplicável.**

Art. 58 As alterações do Estatuto da Entidade, não poderão contrariar seus objetivos.

## **CAPÍTULO XII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 59 Os membros dos órgãos de controle interno, fiscalização, instituidoras e administração da Entidade, assim como os demais integrantes do quadro de pessoal, não poderão efetuar operações de qualquer natureza com a Entidade, excetuadas as que resultarem da qualidade de Participante.

Art. 60 Ao assumir e ao deixar o cargo, Conselheiros e Diretores da Entidade deverão apresentar declaração de bens, revestidas das formalidades legais, inclusive a Declaração ao Imposto de Renda do último exercício.

Art. 61 Fica estabelecida a obrigação da Entidade em contratar e manter empresa de auditoria independente a qual irá apresentar relatórios trimestrais ao Conselho Fiscal.

## **CAPÍTULO XIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 62 Para efeito de cumprimento do disposto nos artigos 25, 29 e 34, referente a composição dos conselheiros suplentes e da redução do número de diretores, a adequação se dará da seguinte forma:**

**I. Nas reuniões dos conselhos deliberativo e fiscal, estando ausente o conselheiro titular, sortear-se-á um dos conselheiros suplentes presentes para formação do quórum.**

**II. Quanto à redução da quantidade de Diretores Executivos:**

**a. Vencido o mandato do Diretor Adjunto o cargo será extinto.**